



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Ofício nº 028/2024

Pires do Rio, 26 de janeiro de 2024.

Ao Excelentíssimo Senhor
DIRETOR DA AIPAIS

Associação de Inclusão e Proteção Animal para Interação Saudável

Prezado Diretor,

Apraz da grata satisfação em cumprimenta-lo pelo trabalho que desenvolve junto a sua unidade, venho através deste informar-lhe que, conforme quadro abaixo, sua instituição fora beneficiada com emendas impositivas oriundas da Câmara Municipal de nossa cidade para cumprimento no exercício de 2024.

Emenda Impositiva	Vereador Concedente	Valor	Finalidade
01	Marina da Farmácia Neneco Rodrighinho da Ótica	R\$ 10.000,00	Custeio de Medicamentos e alimentação dos animais
02	Neguim	R\$ 5.000,00	Custeio de Medicamentos e alimentação dos animais
03	Clebin da Pega de Frango	R\$ 5.000,00	Custeio de Medicamentos e alimentação dos animais
04	Sandro Barbosa Adriana do Salão Júnior da Metasa	R\$ 10.000,00	Custeio de Medicamentos e alimentação dos animais
TOTAL		R\$ 30.000,00	

Desta forma, o caráter de repasse, conforme preconiza a legislação, se dá através de processo de subvenção, razão pela qual se faz necessário que Vossa Senhoria providencie os documentos abaixo relacionados para que possamos

raça Francisco Felipe Machado, nº37
entro, CEP: 75200-000, Pires do Rio/GO
el: (64) 3461-4000/ (64) 3461-4005

"Conheça e divulgue a arte e a cultura de Goiás."



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

enviar o respectivo projeto de lei para Câmara de Vereadores a fim de que aprove a subvenção já concedida por eles para este ano e possamos iniciar o pagamento do valor.

Assim, fica Vossa Senhoria cientificado de que deverá, no prazo impostergável de 10 (dez) dias, apresentar junto a este município (via protocolo endereçado a Procuradoria-Geral do Município) os documentos abaixo descritos, sob pena de realizarmos comunicação aos vereadores concedentes da impossibilidade da realização da doação.

RELAÇÃO DOCUMENTAL

01	Cópia da Lei de Reconhecimento de Utilidade Pública da entidade /
02	Cópia da Ata de Eleição da Diretoria da Unidade /
03	Cópia do Estatuto /
04	Plano de Ação para o ano a ser subvencionado (2024) /
05	Cópia dos documentos pessoais do presidente da associação (RG, CPF, Título de Eleitor, Comprovante de Endereço)
06	Cartão CNPJ /
07	Certidão Negativa de Débitos Municipal, Estadual e Federal
08	Certidão Negativa de FGTS – CRF
09	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT
10	Certidão Negativa de Falência
11	Declaração ou Atestado emitido pelo Controle Interno Municipal atestando a adimplência/validação do ano anterior (2023), caso a entidade tenha sido beneficiária de subvenção no ano passado ou Declaração de não ter sido beneficiária de subvenção.

Certos de que poderemos mais uma vez realizar este repasse contando com sua valiosa colaboração é que firmando nosso compromisso com a verdade, a transparência e o compromisso do zelo para com a máquina pública, nos despedimos renovando protestos de estima e elevada consideração.

Cordialmente,

MARIA APARECIDA MARASCO TOMAZINI
Prefeita Municipal



PREFEITURA DE PIRES DO RIO

Seção de Protocolo

Processo: 0000002336/2024



Interessado: 198.397.151-00 - AUGUSTA GOMES DE OLIVEIRA

Telefone:

Solicitante: -

Telefone:

Assunto: OFICIOS

Observação: INFORMAÇÃO EMENDAS POSITIVAS

Valor: R\$ 0,00

Data Doc: 08/02/2024

Documento: 28

Autuação: 08/02/2024 13:58

Autuado por: PAMELLA.CARVALHO

Id: 452319



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.092.003/0001-41 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 30/08/2004
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE INCLUSAO E PROTECAO ANIMAL PARA A INTERACAO SOCIAL SAUAVEL				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AIPAIS				PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada				
LOGRADOURO AV A	NÚMERO SN	COMPLEMENTO LT 06		
CNPJ 75.200-000	BAIRRO/DISTRITO DIST AGROINDUSTRIAL	MUNICÍPIO PIRES DO RIO	UF GO	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/08/2004		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 06/02/2024 às 09:14:42 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ESTATUTO

AIPAISS

Associação de Inclusão e Proteção Animal
para a Interação Social Saudável

AIPAISS

**Associação de Inclusão e Proteção Animal
para a Interação Social Saudável**

**ESTATUTO DA AIPAISS
ASSOCIAÇÃO DE INCLUSÃO E PROTEÇÃO ANIMAL PARA
INTERAÇÃO SOCIAL SAUDÁVEL**

Capítulo I

DA DOMINAÇÃO, SEDE E FINS.

Art. 1º A **AIPAISS** fundada em 06/06/2003, na cidade de Pires do Rio, estado de Goiás, localizada no terreno doado pela Prefeitura, Caixa Postal nº 06, onde tem sua sede e foro. É uma Associação Civil, pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, políticos ou religiosos de caráter zoófilo, educacional, cultural, assistencial e ecológico, de duração por tempo indeterminado reger-se-á pelo presente estatuto e pelas leis em vigor.

Parágrafo único: A Associação de Inclusão e Proteção Animal para Interação Social Saudável, usará a sigla **AIPAISS**.

Art 2º A Associação tem por finalidade:

- a) Promover a retirada dos animais "de rua" através de meios humanitários, proporcionando a limpeza sanitária da cidade e o bem estar dos animais.
- b) Esterilizar os animais "de rua" ou quaisquer outros, para evitar reprodução descontrolada.

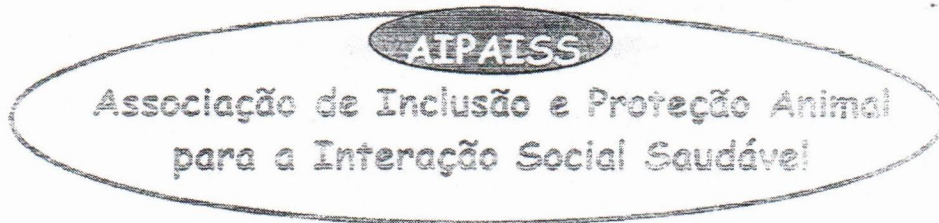
AIPAISSE**Associação de Inclusão e Proteção Animal
para a Interação Social Saudável**

- c) Recolher das vias públicas e logradouros públicos animais doentes, feridos, atropelados ou vítimas de maus tratos, proporcionando-lhes atendimento veterinário.
- d) Promover a interação homem - animal, para o desenvolvimento do ser humano, principalmente ajudando sobremaneira na formação da personalidade infanto-juvenil.
- e) Proferir palestras e seminários a respeito da posse responsável, castração e adoção dos animais.
- f) Defender um meio ambiente ecologicamente equilibrado, fomentando a proteção da fauna e flora, para o desenvolvimento sustentável.
- g) Formar Treinadores de Cães pelo método sem castigo, disponibilizando uma profissão gratuitamente para toda a população.

Capítulo II

DOS ASSOCIADOS: SUA ADMISSÃO, DIREITOS E DEVERES

Art. 3º - A **AIPAISSE** compor-se-á de número indeterminado de sócios, que, adotando os princípios de respeito ao meio ambiente e todos os seus constituintes, a eles se associem, com aceitação das obrigações decorrentes desse ato, sendo que nenhum deles responderá pelas obrigações sociais da associação, nem tampouco perceberá qualquer vantagem ou benefício a qualquer título, especialmente remuneração direta ou indireta por prestação de serviços ou pelo exercício de cargo em sua diretoria ou conselho fiscal,



ficando vedada a distribuição de lucro, dividendos, bonificações e parcelas do patrimônio da entidade a qualquer título.

Art. 4º - Dividem-se os Associados nas seguintes categorias:

- a) *Fundadores;*
- b) *Efetivos;*
- c) *Contribuintes.*

§ 1º Fundadores - são aqueles que por força da circunstância criaram essa Associação.

§ 2º Efetivos - são os Associados fundadores e mantenedores pertencentes ao quadro de associados a mais de 1 (um) ano, participando com assiduidade das ações propostas pela **AIPAISS** e cujo os nomes foram aprovados pela diretoria.

§ 3º Contribuintes - são as pessoas físicas, maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipadas, que à instituição se associem, aceitando as suas prescrições estatutárias e regimentais e que contribuem regularmente com a Associação.

AIIPA/ISS

**Associação de Inclusão e Proteção Animal
para a Interação Social Saudável**

§ 4º A admissão dos Associados dar-se-á através de proposta subscrita por um Associado no pleno gozo dos seus direitos, só sendo concretizada após a sua aprovação em reunião da Diretoria.

§ 5º O Associado contribuirá mensalmente, com a quantia fixada pela Diretoria, ou com importância superior ou inferior àquela, a critério dele mesmo.

§ 6º Os Associados que se obrigarem a contribuir financeiramente e que atrasarem o pagamento das mensalidades, por mais de 6(seis) meses consecutivos, poderão ser considerados renunciantes ao quadro social, a critério da diretoria.

Art 5º - São direitos dos Associados, no pleno gozo e suas prerrogativas:

- a) tomar parte e discutir os assuntos apresentados nas Assembléias Gerais, votar e ser votado, quando Associado Efetivo;
- b) propor novos associados.

Art 6º - São deveres dos associados, no pleno gozo dos seus direitos:

- a) cumprir as disposições legais, estatutárias e regimentais, e ainda as deliberações que, de acordo com as referidas disposições, a Diretoria tomar, por seu Presidente;
- b) participar à Secretaria a mudança de endereços da residência e do local de trabalho;

AIPAIS

**Associação de Inclusão e Proteção Animal
para a Interação Social Saudável**

- c) prestar à instituição todo o concurso moral, de serviços e material que lhe for possível;
- d) aceitar os cargos e encargos para os quais venha a ser eleito ou indicado, exercendo-os com dedicação e boa vontade.

Art 7º - A inobservância dos deveres prescritos neste Estatuto constituirá motivo para a exclusão de qualquer Associado, a critério da Diretoria, cabendo recurso à assembléia geral, no prazo de trinta dias, a partir da data de conhecimento da decisão.

Capítulo III

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 8º A **AIPAIS**, será administrada pelos seguintes Órgãos:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal.

Art. 9º - A Assembléia Geral será formada pelos Associados no gozo de seus direitos estatutários, para eleição ou tomada de decisões, sendo o órgão soberano da associação, com as atribuições e poderes que lhe são conferidos por lei, e particularmente:

ATPAISS
**Associação de Inclusão e Proteção Animal
para a Interação Social Saudável**

6
ANEXO
JUNTA DE FISCALIZAÇÃO
PLANO DE CONTAS
2010

- I - eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II - destituir os administradores;
- III - examinar e aprovar o relatório, balanço e contas anuais da Diretoria;
- IV - alterar e reformar o estatuto, na forma definida no parágrafo único deste artigo;
- V - autorizar e deliberar sobre matérias de interesse da instituição;
- VI - autorizar a alienação ou instituição de ônus sobre os bens imóveis pertencentes à associação;
- VII - extinguir a associação.

Parágrafo único: Para as deliberações a que se referem os incisos II, IV, VI e VII é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a presença da maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

Art. 10º A Associação terá seu orçamento próprio, mantido principalmente pelos recursos:

AIPAISS

**Associação de Inclusão e Proteção Animal
para a Interação Social Saudável**

- a) Que forem angariados pelos membros em iniciativas de caráter beneficente e outros;
- b) Auxílios;
- c) Donativos;
- d) Auxílios e subvenções dos poderes públicos e privados;
- e) Outros recursos compatíveis com as normas gerais da Sociedade.

Parágrafo único: As despesas principais são:

- As de manejo animal e alimentação adequada.
- Funcionários;
- As de divulgação e esclarecimento à população sobre a importância do controle de natalidade animal e a importância dos mesmos para o ser humano.

Art. 10º - Anualmente realizar-se-á, no mês de janeiro, uma Assembleia Geral Ordinária para tomar conhecimento da Prestação de Contas da Diretoria, da Demonstração da Receita e Despesa e do Balanço Geral referentes ao exercício anterior, para exame e possível aprovação;

Art. 11º - Uma Assembleia Geral Ordinária será realizada bienalmente em setembro, para eleger e empossar a Diretoria e o Conselho Fiscal, através do escrutínio secreto ou por aclamação.

AIPAISS

**Associação de Inclusão e Proteção Animal
para a Interação Social Saudável**

Art. 12º - As Assembléias Gerais Extraordinárias realizar-se-ão, quando convocadas pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal ou por 1/5 (um quinto) dos sócios em condição de votar, para tratar de assuntos constantes de sua pauta.

Art. 13º - Ressalvadas as disposições especiais do parágrafo único do Art. 9º, as Assembléias Gerais só funcionarão, em primeira convocação, com o número mínimo de maioria absoluta dos Associados com direito a voto, e em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de Associados.

§ 1º - A Assembléia Geral será convocada:

- a) Pelo Presidente da Diretoria;
- b) Pela maioria dos membros da Diretoria;
- c) Por um quinto dos Associados no gozo de seus direitos.

§ 2º - A convocação será realizada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias mediante aviso a todos os associados, por qualquer meio de comunicação escrita, desde que devidamente comprovada.

§ 3º - A Assembléia Geral será presidida pelo diretor-presidente da Associação.

AIPAISS

**Associação de Inclusão e Proteção Animal
para a Interação Social Saudável**

CAPITULO IV

DA DIRETORIA

Art. 14º - A **AIPAISS** será administrado por um Diretoria, eleita e empossada no mês de setembro a cada 2 (dois) anos. Seus membros poderão ser reeleitos, isolada ou conjuntamente. Compõe-se, a Diretoria, dos seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro.

Art. 15º - Subordinada à Diretoria, a **AIPAISS** poderá criar Setores especializados para a organização da Associação.

Art. 16º - Compete ao Presidente:

I) dirigir todas as reuniões da Diretoria e instalar as reuniões das Assembléias Gerais, cuja convocação lhe compete fazer, ressalvados os direitos de convocação pelos Associados ou demais membros da Diretoria, conforme expresso no Artigo 13º, § 1º;

II) acompanhar e supervisionar as atividades da Associação inclusive de todos os Setores instalados;

III) designar ou dispensar os dirigentes dos Setores, submetendo essas deliberações à homologação da Diretoria;

IV) assinar todos os documentos públicos, particulares e os atos necessários ao funcionamento da Associação;

V) assinar, juntamente com o 1º Tesoureiro, a movimentação da Conta Bancária, e

109

AIPALSS

**Associação de Inclusão e Proteção Animal
para a Interação Social Saudável**

VI) representar a Associação em juízo ou fora dele, ativa e passivamente.

Art. 17º - Compete ao Vice-Presidente:

I) substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos, cabendo-lhe, cumulativamente, as atribuições do cargo deste com as de seu cargo; e assumir funções eventualmente delegadas pelo Presidente;

II) prestar eficiente colaboração ao Presidente para o melhor desempenho das atividades da Associação.

Art. 18º - Compete ao 1º Secretário:

I) redigir as atas das reuniões da diretoria e outras, quando necessário;

II) redigir e assinar correspondências da Diretoria, se necessário, em conjunto com o Presidente;

III) organizar e manter o registro do quadro de Associados, após a aprovação da Diretoria, bem como orientar, dirigir e fiscalizar todo o expediente da secretaria, incumbindo-se pelos serviços de arquivo, cadastros, fichários, pastas etc, auxiliado pelo 2º Secretário;

AIPAISS

**Associação de Inclusão e Proteção Animal
para a Interação Social Saudável**

IV) substituir o Vice-Presidente, em suas faltas e impedimentos, cabendo-lhe, nesta hipótese, acumular as funções de ambos os cargos;

Art. 19º - Compete ao 2º Secretário:

I) prestar auxílio ao 1º Secretário, nos serviços administrativos da Secretaria;

II) substituir o 1º Secretário, em suas faltas e impedimentos;

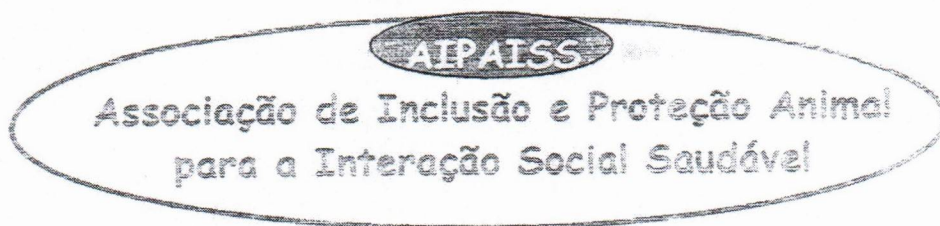
III) organizar atividades de integração e conagração entre os associados, conforme orientação do Presidente.

Art. 20º - Compete ao 1º Tesoureiro:

I) arrecadar as receitas, emitir recibos e promover os depósitos bancários dos valores respectivos, efetuando ainda os pagamentos autorizados pelo Presidente, mediante o recebimento dos respectivos comprovantes legais;

II) emitir e endossar cheques e efetuar saques bancários juntamente como o Presidente;

III) elaborar balancete mensal das atividades financeiras da Associação, o balanço anual e o orçamento do ano seguinte, afixando-os em lugar visível, para conhecimento dos Associados e terceiros;



12/

ARTIGO DE REGISTRO DE PES
JURÍDICAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS
PROTEÇÃO SOCIAL

IV) trazer em dia e em perfeita ordem a escrituração da entidade, bem como o registro do seu patrimônio.

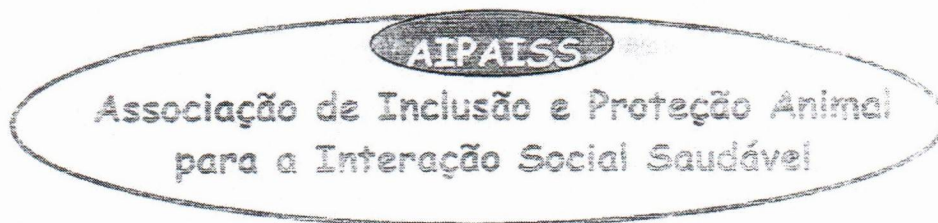
Art. 21º - Compete ao 2º Tesoureiro:

- I) substituir o 1º Tesoureiro em suas faltas e impedimentos;
- II) controlar a adimplência do quadro de sócios e as entradas e saídas do patrimônio da entidade;
- III) executar outras tarefas e encargos que lhe forem atribuídos pelo 1º Tesoureiro ou pela Diretoria.

Art. 22º - Os membros da Diretoria poderão acumular, quando necessário, a função de Dirigente de Setores.

Art. 23º - É vedado aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal perceberem quaisquer vantagens e benefícios, a qualquer título, especialmente remunerações, direta ou indiretamente, por prestação de serviços ou pelo exercício do cargo na Diretoria e no Conselho Fiscal, não respondendo subsidiariamente pelas obrigações sociais.

13



CAPITULO V

DO COSELHO FISCAL

Art. 24º - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador da Associação e é composto de 3 (três) membros, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, preferencialmente dentre os associados competentes neste ramo do conhecimento.

§ 1º - Para o melhor desempenho de suas tarefas, o Conselho Fiscal poderá ser assessorado por especialistas.

§ 2º - O mandato do Conselho Fiscal é de 2 (dois) anos, podendo seus membros serem reeleitos.

§ 3º - São atribuições do Conselho Fiscal:

a) fiscalizar os atos da Diretoria e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários.

b) examinar os documentos e livros em uso pela Diretoria, levantando qualquer irregularidade e fazendo a respectiva comunicação a esta ou à Assembléia Geral, conforme o caso;

c) emitir pareceres, por escrito, em qualquer matéria relacionada com o setor financeiro da Associação;

AIPAISS

**Associação de Inclusão e Proteção Animal
para a Interação Social Saudável**

d) dar parecer circunstanciado sobre o Balanço, a Demonstração da Receita e da Despesa, e a Prestação de Contas da Diretoria, referente ao exercício anterior, de 8º de setembro a 31 de dezembro, encaminhando-o a Assembléia Geral Ordinária;

e) opinar sobre o orçamento anual da Associação quanto aos aspectos da viabilidade econômica e financeira;

f) recomendar à Diretoria a adoção das medidas corretivas que julgar convenientes.

Art. 25º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, por deliberação própria ou quando convocado pela Diretoria.

§ 1º - O Conselho Fiscal escolherá o seu presidente.

§ 2º - As deliberações do Conselho Fiscal deverão ser registradas nas atas de suas reuniões.

AIPALSS

**Associação de Inclusão e Proteção Animal
para a Interação Social Saudável**

15
ARTIGO DE REGISTRO DE PRO
CURA DE REGISTRO DE PRO

CAPITULO VI

DO PATRIMÔNIO, RENDIMENTO E APLICAÇÕES

Art. 26º - Os recursos e o patrimônio da Associação serão sempre próprios, não se comunicando ao patrimônio de indivíduos ou entidades outras e provêm de contribuições dos associados, de verbas encaminhadas por pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, bem como de produtos pela Associação comercializados e de doações, legados e subvenções.

§ 1º - Todas as subvenções e doações recebidas serão aplicadas sempre nas finalidades a que estejam destinadas.

§ 2º - Os resultados eventualmente obtidos serão integralmente aplicados dentro do território nacional, sempre com vistas à manutenção e desenvolvimento dos objetivos da Associação.

Art. 27º - A Associação manterá escrituração de suas receitas e despesas, ativo e passivo, em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

AIPAISS

**Associação de Inclusão e Proteção Animal
para a Interação Social Saudável**

Art. 28º - A administração do patrimônio e recursos da Associação e de suas obras sociais observará sempre os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29º - Os bens imóveis da Associação não poderão ser alienados, permutados ou onerados sem autorização da Assembléia Geral, convocada especialmente para esse fim, consoante o disposto no Art. 9º.

Art. 30º - Nenhum cargo de administração, expresso no presente Estatuto, será remunerado, devendo, pois, ser exercido gratuitamente. A Associação não distribui aos Associados qualquer parcela de seu patrimônio ou renda, a título de lucro ou participação.

Art. 31º - O presente estatuto, após entrar em vigor, poderá a qualquer tempo, ser reformado pela Assembléia Geral Extraordinária, obedecidas as normas estatutárias.

AIPAISS

**Associação de Inclusão e Proteção Animal
para a Interação Social Saudável**

Parágrafo Único - As reformas propostas não deverão atingir, sob pena de nulidade, as disposições que dizem respeito:

- a) à natureza de Proteção ao Meio Ambiente e seus integrantes da Instituição;
- b) à não vitaliciedade dos cargos e funções;
- c) à destinação do patrimônio da Associação em caso de sua extinção.

Art. 32º A **AIPAISS** só poderá dissolver-se por sentença judicial, transitada em julgado, ou por deliberação de seus Associados, em reunião da Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim. Em qualquer dos casos, os seus bens serão transferidos a outra entidade congênere, que seja também inscrita e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Art. 33º - No exercício de qualquer de seus direitos e deveres, o Associado não poderá ser representado por procurador.

Art. 34º - Os Associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações expressas ou intencionalmente contraídas em nome da Associação.


AIPAISS

**Associação de Inclusão e Proteção Animal
para a Interação Social Saudável**

Art. 35º - A totalidade da renda ou receita, de qualquer fonte, será aplicada na constituição, conservação e ampliação do patrimônio social e de obras de filantropia, no cumprimento do programa da entidade.

Art. 36º - O presente Estatuto foi aprovado em Assembléia Geral, realizada no dia 06 de setembro de 2003, que elegeu e empossou a seguinte Diretoria e Conselho Fiscal.

Pires do Rio, 06 de junho de 2003


Maria Angela Panelli Marchió

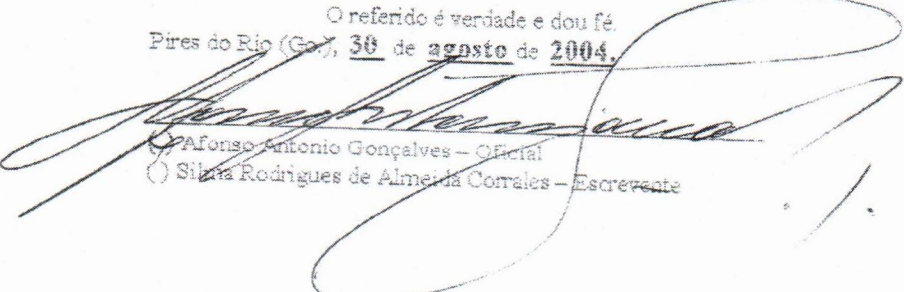
Presidente

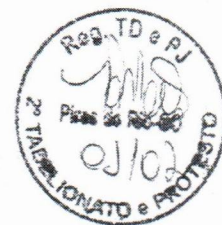

Margarida Paixão Branquinho

Vice-Presidente

Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos, Protestos
e Tabelionato 2º de Notas - CGC/MF. 02.887.313/0001-39
N.º 2695, fls. 74 do protocolo n.º A-2. Apresentada hoje e
registrada no livro n.º A-4, fls. 191/193, sob o N.º 586,
nesta data.

O referido é verdade e dou fé.
Pires do Rio (Go), 30 de agosto de 2004.


Afonso Antonio Gonçalves - Oficial
Silvia Rodrigues de Almeida Corrales - Escrevente



**ATA DE REUNIÃO PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA
AIPAISS**

**ASSOCIAÇÃO DE INCLUSÃO E PROTEÇÃO ANIMAL PARA A INTERAÇÃO
SOCIAL SAUDÁVEL.**

DA CIDADE DE PIRES DO RIO / GO

Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, reuniram-se várias pessoas, na sede da AIPAISS, com a finalidade de Eleger e Empossar a Nova Diretoria da referida Associação. Primeiramente, foi composta a mesa por membros da antiga diretoria, com a seguinte ordem: Presidente - Augusta Gomes de Oliveira; Vice-Presidente - Neire Gomes de Oliveira; Secretária - Augusta Gomes de Oliveira; 1ª Tesoureira - Berenice Alves de Oliveira; 2º Tesoureiro - José Henrique Bastos; 1ª Conselheira Fiscal - Margarida Paixão Branquinho; 2º Conselheiro Fiscal - Hélio Divino Pires; 3º Conselheiro Fiscal - Altamiro da Silva Vieira. Após a composição da mesa, tomou a palavra a Sra. Augusta Gomes de Oliveira, ocasião esta que utilizou para falar sobre a necessidade de eleger e empossar os novos membros da Diretoria desta Associação, de acordo com o Estatuto conforme consta no Capítulo IV, artigo 14º, de 06 de Junho de 2003, a qual terá duração de 02(dois) anos, com início na data de 20 de abril de 2022 e término em 20 de abril de 2024. Logo após, foram apresentados os seguintes nomes para Composição desta Diretoria, sendo: Presidente - Augusta Gomes de Oliveira, portadora de CPF/MF nº 198.397.151-00 e RG nº 1.006.986 SSP/GO; Vice-Presidente - Neire Gomes de Oliveira, portadora de CPF/MF nº 234.151.691-20 e RG nº 1.002.375 SSP/GO; Secretária - Augusta Gomes de Oliveira CPF/MF 198.397.151-00 e RG nº 1.066.986 SSP/GO; 1ª Tesoureira - Berenice Alves de Oliveira, portadora de CPF/MF nº 335.855.041-91 e RG nº 1.947.215 SSP/GO; 2º Tesoureiro - José Henrique Bastos, portador de CPF/MF nº 862.143.901-82 e RG nº 2.286.729 SSP/GO; 1ª Conselheira Fiscal - Margarida Paixão Branquinho, portadora de CPF/MF nº 275.637.311-72 e RG nº 1.694.643 SSP/GO; 2º Conselheiro Fiscal - Hélio Divino Pires, portador do CPF/MF nº 410.091.931-04 e RG nº 2.286.729 SSP/GO; 3º Conselheiro Fiscal - Altamiro da Silva Vieira, portador do CPF/MF nº 058.098.271-87 e RG nº 948.628 SSP/MG. Logo a seguir foi feita

Câmara Municipal
Pires do Rio

Reg. TD e PJ
Pires do Rio
02/02
TABELIONATO e PROTESTO

a eleição e, após a aprovação de todos os presentes, foi Empossada a Nova Diretoria da AIPAISS. Em seguida, os demais integrantes fizeram também uso da palavra, agradecendo pela confiança depositada durante o tempo em que vigorar este mandato, encerrando-se esta reunião. A presente Ata vai assinada (as). Augusta Gomes de Oliveira, Neire Gomes de Oliveira, Berenice Alves de Oliveira, José Henrique Bastos, Margarida Paixão Branquinho, Hélio Divino Pires e Altamiro da Silva Vieira. Eu

Augusta Gomes de Oliveira Secretária, digitei, subscrevi e assino.

Pires do Rio(Go), 20 de Abril de 2022.

Augusta Gomes de Oliveira
Augusta Gomes de Oliveira.

Secretária

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS E NATURAIS, TÍTULOS, DOCUMENTOS,
PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS - CNPJ/MF: 02.887.313/0001-35
Rua Benedito G. de Araújo, 136 - Pires do Rio - Goiás - CEP: 75.200-000 - Fone: (64) 3461-1588
Bel. Afonso Antonio Gonçalves - TABELIÃO OFICIAL

CONSULTE este site em: www.aipaiiss.com.br ou em: www.tabeliaooficial.com.br

04562204272898430230030
Protocolo nº 11.676 Data: 27/04/2022, fs. 107 - LANC: A-4
Registro nº 1.724 Data: 27/04/2022, fs. 102 a 103 - LIVRO:
A-10
Ata Preleção - Registro de Títulos e Documentos
Pires do Rio - GO - 20/04/2022

Rubia Martins dos Santos
Rubia Martins dos Santos - Secretária
Emol: R\$ 40,96 Tr. Jud. R\$ 1,97 Fund. Est. R\$ 19,04/RS. R\$ 2,04 Valor Total: R\$ 63,97

Reg. TD e PJ
Pires do Rio
TABELIONATO e PROTESTO



Prefeitura Municipal de Pires do Rio

Praça Francisco Felipe Machado nº 37 - Centro

Fax: (64) 461-4020 - Fone: 461-4000

e-mail: pmpr@piresdorio.go.gov.br

LEI Nº 3.018 /05, DE 13 DE JULHO DE 2005

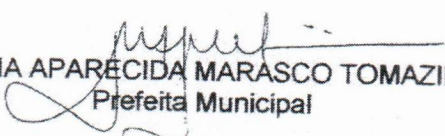
"Declara de Utilidade Pública a AIPAISS".

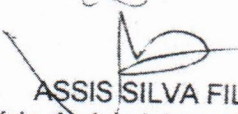
A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO, ESTADO DE GOIÁS, DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica a Associação de Inclusão e Proteção Animal para a Interação Social de Pires do Rio declarada de Utilidade Pública para este Município, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à comunidade piresina.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO, em 13 de julho de 2005.


MARIA APARECIDA MARASCO TOMAZINI
Prefeita Municipal


ASSIS SILVA FILHO
Secretário de Administração e Finanças

31
09
2005
33
13



Diário Oficial

GOIÂNIA, SEGUNDA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 2006

Estado de Goiás

ANO 169 - DIÁRIO OFICIAL/GO - Nº 13.866

PODER EXECUTIVO

Câmara Municipal
Pires do Rio

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Leis

LEI Nº 15.641, DE 09 DE MAIO DE 2006.

Altera a Lei nº 15.558, de 16 de janeiro de 2006, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso I do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 15.558, de 16 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

Parágrafo único

I - é incompatível com subeio e/ou função comissionadas, exceto com relação ao cargo de Secretário-Executivo do PRODUIR/FOFOMTAR.

(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo, porém, seus efeitos a 1º de janeiro de 2006.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 09 de maio de 2006, 118ª da República.

ALCIDES RODRIGUES FILHO
Ridovai Chiaroto

LEI Nº 15.642, DE 09 DE MAIO DE 2006.

Altera o parágrafo único do art. 45 da Lei nº 13.902, de 25 de setembro de 2001, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos e Vencimentos do Magistério, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do art. 45 da Lei nº 13.902, de 25 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 45

Parágrafo único. O afastamento de que trata o inciso II dar-se-á por até quatro anos, podendo ser prorrogado por igual período, vedada nova requisição antes de decorridos cinco anos de seu término." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo, porém, seus efeitos a 1º de novembro de 2005.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 09 de maio de 2006, 118ª da República.

ALCIDES RODRIGUES FILHO
Mílton Severino Pereira

LEI Nº 15.643, DE 09 DE MAIO DE 2006.

Revoga o § 3º do art. 3º da Lei nº 13.902, de 4 de setembro de 2001.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É revogado o § 3º do art. 3º da Lei nº 13.902, de 4 de setembro de 2001.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 09 de maio de 2006, 118ª da República.

LEI Nº 15.644, DE 09 DE MAIO DE 2006.

Declara de utilidade pública a entidade que específica.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a ESCOLINHA DE FUTEBOL SPORT & CIA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n. 07.801.998/0001-29, com sede no Município de Ipameri - GO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 09 de maio de 2006, 118ª da República.

ALCIDES RODRIGUES FILHO

LEI Nº 15.645, DE 09 DE MAIO DE 2006.

Declara de utilidade pública a entidade que específica.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE INCLUSÃO E PROTEÇÃO ANIMAL PARA A INTERAÇÃO SOCIAL SAUDÁVEL, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n. 07.092.003/0001-41, com sede no Município de Pires do Rio - GO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 09 de maio de 2006, 118ª da República.

ALCIDES RODRIGUES FILHO

LEI Nº 15.646, DE 09 DE MAIO DE 2006.

Introduz alterações nos textos das Leis nºs 13.591, 14.186 e 14.244, de 18 de janeiro de 2000, 27 de junho de 2002, e 29 de julho de 2002, respectivamente, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam acrescentados os §§ 9º e 10 ao art. 20 da Lei nº 13.591, de 18 de janeiro de 2000, passando os incisos IV, VI e XII do "caput" do mesmo artigo a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20

IV - o pagamento do saldo devedor do financiamento será efetuado anual e parceladamente, conforme dispor decisão da Comissão Executiva do Conselho Deliberativo do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás, a partir do final do 2º (segundo) ano de fruição do benefício e sempre englobando os débitos dos 12 (doze) meses anteriores à data do início do pagamento;

VI - as empresas beneficiárias do incentivo do FUNPRODUZIR

terão o valor da parcela liberada utilizada para o pagamento do financiamento;

NR - o produto da venda de produtos de propriedade, feita de forma limitada com a venda de produtos de propriedade de terceiros, não regulamento, desonerados;

8) estímulo às atividades culturais, no percentual de 15% (quinze por cento);

9) incentivo às atividades esportivas, praticadas de modo não profissional, no percentual de 20% (vinte por cento);

10) apoio às indústrias e pequenas empresas, no percentual de 30% (trinta por cento);

11) custo e à manutenção do PRODUIR e do FUNPRODUZIR, no percentual de 40% (quarenta por cento);

(NR)

§ 9º A empresa beneficiária do incentivo do PRODUIR e do FUNPRODUZIR que não a cumprir não tem direito adicional ao pagamento previsto no inciso VI do "caput" deste artigo de valor igual ou superior a 3% (três por cento) ficará dispensada de oferecer qualquer uma das demais modalidades de garantia contratual previstas no Regulamento.

§ 10 O valor do acréscimo previsto no § 9º desonerar-se-á ao custo e à manutenção do PRODUIR e do FUNPRODUZIR." (NR)

Art. 2º Revogado o seu parágrafo único, o art. 7º da Lei nº 14.186, de 27 de junho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º A empresa enquadrada no COMEXPRODUIR deve contribuir mensalmente, para com o FUNPRODUZIR, com a quantia equivalente a 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor do produto vendido, no percentual de 5% (cinco por cento) (NR)

Art. 3º A alínea "b" do inciso III do art. 3º da Lei nº 14.244, de 29 de julho de 2002, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º

b) 3% (três por cento) para o FUNPRODUZIR.

(NR)

Art. 4º Fica revogada a alínea "b" do inciso I do art. 3º da Lei nº 14.244, de 29 de julho de 2002.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 09 de maio de 2006, 118ª da República.

ALCIDES RODRIGUES FILHO

LEI Nº 15.647, DE 09 DE MAIO DE 2006.

Cria o Centro Cultural Oscar Niemeyer e dá nome aos espaços culturais nele localizados.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado com a denominação de Centro Cultural Oscar Niemeyer o conjunto de quatro edifícios localizado na GO-020, Km 01, s/n da Bela Vista, nesta Capital.

Art. 2º Os espaços culturais edificadas no Centro Cultural Oscar Niemeyer serão assim denominados:

- Bibliotecas e Auditório;
- Bibliotecas;
- Museu Paulo Góes;
- Espaço para exposições.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO
SECRETARIA DA FAZENDA
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
NÚMERO 2305 / 2024

CERTIFICAMOS que, até a presente data, NÃO CONSTA(M), nas bases informatizadas e integradas do sistema de arrecadação da Secretaria de Fazenda do Município, débito(s) ou pendência(s) fiscal(is), em nome do(a) Contribuinte abaixo indicado(a):

I - Identificação do Contribuinte

Nome: **ASSOCIACAO DE INCLUSAO E PROTEÇÃO ANIMAL PARA A INTERAÇÃO SOCIAL S/A**
CNPJ: **07.092.003/0001-41**

Inscrição Municipal: **32264**

Atividade Econômica: **231636**

Endereço: **AV.A, QD: S/Nº, LT: 06, DISTRITO AGROINDUSTRIAL, CEP: 75.200-000**

Cidade: **PIRES DO RIO - GO**

Ficam ressalvadas os direitos da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO, por quaisquer omissões ou irregularidades verificadas posteriormente.

Setor de cadastro e informações fiscais da Secretaria da Fazenda do Município.

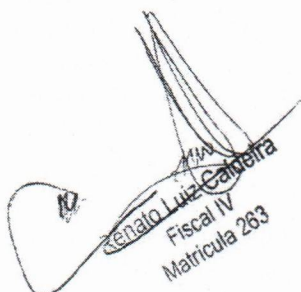
Chave eletrônica de identificação: **D6QSS\$Z58teX**

Data Validade: **01/03/2024**

Número Via: **1**

Data Emissão: **31/01/2024**

Usuário: **RENATO LUIZ CALDEIRA**


Renato Luiz Caldeira
Fiscal IV
Matrícula 263



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

DECLARAÇÃO

A COORDENAÇÃO GERAL DO CONTROLE INTERNO, da Prefeitura Municipal de Pires do Rio, Estado de Goiás, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3.480, de 03 de junho de 2002, e atendendo o que preceitua o inciso III artigo 8º da Lei Complementar 162 de 07 de junho de 2021, declaramos para os fins devidos que a **ASSOCIAÇÃO DE INCLUSÃO E PROTEÇÃO ANIMAL PARA A INTERAÇÃO SOCIAL SAUDÁVEL- AIPAISS**, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas, sob o nº: **07.092.003/0001-41**, apresentou regularmente junto a esta Comissão de Coordenação do Controle Interno a **DEMONSTRAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS** do exercício de 2021, nos termos legais.

Assim sendo, por ser o aqui declarado a mais pura expressão da verdade, assino esta Declaração para que surta seus efeitos legais.

Pires do Rio – GO, 31 de janeiro de 2024.

Rosana R. de Oliveira Castro
ROSANA ROSA DE OLIVEIRA CASTRO
Presidente

Rosana R. de Oliveira Castro
Comissão Coord. Controle Interno
Diretora

piresorio.go.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : 104066664325

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que **NADA CONSTA contra:**

Requerente : ASSOCIAÇÃO DE INCLUSÃO E PROTEÇÃO ANIMAL PARA A
INTERAÇÃO SOCIAL SAUDÁVEL

CNPJ : 07.092.003/0001-41

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados a razão social e o CNPJ como digitados, sendo que o destinatário deve conferir a razão social e a titularidade do número do CNPJ informado;
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
- e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 104066664325

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 31 de janeiro de 2024, às 08:26:22
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 31 de janeiro de 2024



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS

N.
o : **104166614310**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CIVEL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente : ASSOCIAÇÃO DE INCLUSÃO E PROTEÇÃO ANIMAL PARA A
INTERAÇÃO SOCIAL SAUDÁVEL

CNPJ : 07.092.003/0001-41

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;

b) a informação do número do CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados a razão social e o CNPJ como digitados, sendo que o destinatário deve conferir a razão social e a titularidade do número do CNPJ informado;

c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;

d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104166614310**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 31 de janeiro de 2024, às 08:28:25

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição

Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Data da última atualização do banco de dados: 31 de janeiro de 2024



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : 104266664315

CERTIFICO que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando AÇÃO PENAL e/ou EXECUÇÃO PENAL, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA em desfavor de:

Requerente : ASSOCIAÇÃO DE INCLUSÃO E PROTEÇÃO ANIMAL PARA A
INTERAÇÃO SOCIAL SAUDÁVEL

CNPJ : 07.092.003/0001-41

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CNPJ para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados a razão social e o CNPJ como digitados, sendo que o destinatário deve conferir a razão social e a titularidade do número do CNPJ informado;
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) somente positivam ações penais e execuções penais;
- e) esta certidão INCLUI os processos criminais em tramitação na AUDITORIA MILITAR e nos JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS;
- f) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
- g) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 104266664315

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 31 de janeiro de 2024, às 08:27:48
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 31 de janeiro de 2024



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS

N.
o : 104566604319

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CRIMINAL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente ASSOCIAÇÃO DE INCLUSÃO E PROTEÇÃO ANIMAL PARA A
INTERAÇÃO SOCIAL SAUDÁVEL

CNPJ : 07.092.003/0001-41

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;

b) a informação do número do CNPJ para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados a razão social e o CNPJ como digitados, sendo que o destinatário deve conferir a razão social e a titularidade do número do CNPJ informado;

c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;

d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 104566604319

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 31 de janeiro de 2024, às 08:28:38

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição

Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Data da última atualização do banco de dados: 31 de janeiro de 2024



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Publicado Digitalmente em 31/01/2024 - 08:28:38

Localizar pelo código: 104566604319, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>



ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 42494517

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

VALIDA PARA O CNPJ INFORMADO NESTE DOCUMENTO

CNPJ

07.092.003/0001-41

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.481.224.242

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 6 FEVEREIRO DE 2024

HORA: 9:17:27



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO DE INCLUSAO E PROTECAO ANIMAL PARA A INTERACAO SOCIAL
SAUDAVEL**
CNPJ: 07.092.003/0001-41

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:13:44 do dia 06/02/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/08/2024.

Código de controle da certidão: **0697.3B74.61AC.9E9C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



**Certificado de Regularidade do
FGTS - CRF**

Inscrição: 07.092.003/0001-41
Razão Social: AS INC E PROT ANIMAL P INT SOC SAUDAVEL
Endereço: AVENIDA A SN LOTE 6 / DIST AGROINDUSTRIAL / PIRES DO RIO / GO / 75200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

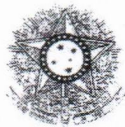
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 31/01/2024 a 29/02/2024

Certificação Número: 2024013106581300583236

Informação obtida em 06/02/2024 09:21:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE INCLUSAO E PROTECAO ANIMAL PARA A INTERACAO SOCIAL SAUOAVEL (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.092.003/0001-41

Certidão nº: 8525503/2024

Expedição: 06/02/2024, às 09:22:56

Validade: 04/08/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ASSOCIACAO DE INCLUSAO E PROTECAO ANIMAL PARA A INTERACAO SOCIAL SAUOAVEL (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.092.003/0001-41, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.


INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Câmara Municipal
Pires do Rio

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS POLÍCIA CIVIL INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO P0041		REGISTRO GERAL 1066986 2ª VIA NOME AUGUSTA GOMES DE OLIVEIRA	DATA DE EXPEDIÇÃO 15/01/2018
 		FILIAÇÃO OSWALDO GOMES DE OLIVEIRA BERENICE ALVES DE OLIVEIRA	
ASSINATURA DO TITULAR <i>Augusta Gomes de Oliveira</i>		PIRES DO RIO - GO NATURALIDADE 02/09/1957 DATA DE NASCIMENTO	
		DOC. ORIGEM: CERTIDÃO DE CASAMENTO COM AVERBAÇÃO DE DIVÓRCIO 1042 BA-6 FLS19 PIRES DO RIO-GO EM 13/08/2001	
		CPF 198397151-00 1424840	 ASSINATURA DO DIRETOR 57354748
CARTEIRA DE IDENTIDADE		LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA	
NOME DO ELEITOR AUGUSTA GOMES DE OLIVEIRA	
DATA DE NASCIMENTO 02/09/1957	Nº INSCRIÇÃO 0080 6129 1074
MUNICÍPIO / UF PIRES DO RIO/GO	DATA DE EMISSÃO 24/09/2017
Des. Kleber Dias Maciel Filho Presidente TRE-GO	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
507822582	
DOLEGAR DIREITO	
 ASSINATURA DO IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR	
VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL	



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA
EXTRATO CADASTRAL

Nome:

AUGUSTA GOMES DE OLIVEIRA

Endereço Estabelecimento:

RUA 13, No. S/N, QD. 50, PARQUE SANTANA, PIRES DO RIO - GO,
CEP 75200-000

Atividade Econômica Principal:

0151-2/02 - Criação de bovinos para leite

Este Extrato contém as informações cadastrais do contribuinte, a
situação cadastral deverá ser certificada através de consulta no site
SEFAZ. <http://www.sefaz.go.gov>.

Nº Validador:

1198278199855-97

Data Emissão:

25/10/2017

Inscrição Estadual:

11459951-3

CPF:

198.397.151-00

Nome Propriedade:

CHACARA RECANTO DAS OLIVEIRAS

Área:

4.074,95 m²

Condição de Uso:

PROPRIETÁRIO ÚNICO

Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s):

Augusta Gomes de Oliveira

Assinatura do Contribuinte



PLANO DE TRABALHO.

A. Dados:

1. Nome: AIPAISS – Associação de Inclusão e Proteção Animal para Interação Social Saudável.
2. Endereço: Rua 01, Lote 06, Esq. c/ Av. Pão de Açúcar – Distrito Agroindustrial de Pires do Rio/Goiás – CEP 75.200-000
3. Número do Telefone: 64-9924-1895
4. Nome da pessoa que será responsável pela utilização da verba solicitada: Augusta Gomes de Oliveira.
5. Orçamento de sua instituição e informações sobre as principais fontes de recursos.

DESPESAS MENSAS

Itens	Mensal(R\$)	Anual(R\$)
Ração (100 animais)	2.000,00	24.000,00
Medicamentos	500,00	6.000,00
Total.....	2.500,00	30.000,00

RATIFICANDO:

- A mão-de-obra formada por **01 auxiliares geral** ganhando **Salário de R\$ 1.412,00** mensal e **01 Comissionária por Prestação de Serviço R\$ 400,00** e o Responsável Técnico (Veterinário) pela tabela do Conselho Regional de Medicina Veterinária não pode ter a remuneração menos que 1 1/2 mínimo mensal (um salário e meio mínimo), e ela atua como voluntária.
- A AIPAISS é reconhecida como Entidade de Utilidade Pública Municipal e Estadual, o que concede a qualquer doador o direito de debitar no seu imposto de renda, fortalecendo e evidenciando desta forma a Responsabilidade Social Empresarial;

ORIGEM DA VERBA:

- Convênio (Subvenção) com a Prefeitura Municipal de Pires do Rio e Devolução Sobre do Duodécimo e Emendas Impositivas do Poder Legislativo Municipal.
- Contribuição de 32 Dadores (13% contribui com R\$ 10,00 mensais).

- Doações de Comerciantes locais.
- Ministério Público.

1 - BENEFICIÁRIOS: Todo ser Humano, principalmente crianças, adolescentes e idosos.

2 - OBJETIVO GERAL:

1º - Obter benefícios para o ser humano através de interação saudável com outros seres vivos que compartilham nosso planeta, como os cães abandonados;

2º - Controlar de maneira humana e efetiva, a população de cães abandonados nas cidades, já que até o momento os esforços de várias e respeitadas instituições de proteção animal têm conseguido apenas remediar com a construção de abrigos, que todos sabemos, infelizmente além de não resolver o problema, normalmente finalizam em depósitos de cães famintos e doentes.

3 - OBJETIVO ESPECÍFICO:

- Promover o resgate dos animais "de rua" através de meios humanitários, proporcionando um bem-estar social e animal;
- Esterilizar estes animais para evitar reprodução descontrolada;
- Colocar os animais em condições higiênico-sanitárias ideais para o contato humano;
- Promover a interação homem-animal, para o desenvolvimento do ser humano, principalmente ajudando sobremaneira na formação da personalidade infanto-juvenil e na longevidade senil;
- Proferir palestras e encontros a respeito da posse responsável, esterilização e adoção dos animais;
- Identificar todos os animais, de rua e domiciliados;
- Com a população ciente, aplicar multas, se animais domiciliados forem pegos perambulando pelas ruas;
- Defender um meio ambiente ecologicamente equilibrado, fomentando a proteção da fauna e flora, para o desenvolvimento sustentável;
- Servir de exemplo para aplicação estadual, nacional e internacional;
- Tornar-se mais uma das poucas comunidades goianas a entender os Animais e se beneficiar com a sua Convivência.

4 - ESTRATÉGIA OU ATIVIDADES:

- Solicitação de parceria por parte da promotoria pública local para acolher o trabalho;
- Solicitação por parte das escolas e faculdades (Medicina Veterinária) para proferirmos palestras de conscientização;
- Solicitação de campanhas nos meios de comunicação, para conscientização da população quanto á importância da posse e da guarda responsável e suas implicações jurídicas.

5 - FONTES DE VERIFICAÇÃO:

- CRMV/GO, Comerciantes Locais;

Apesar de a Prefeitura ter ganho o Prêmio Prefeito Empreendedor 2005- Sebrae/GO, com o Projeto "Respeitar para Viver Mais e Melhor", infelizmente não cumpriu o que prometeu;

A Secretaria da Educação apoiou, abrindo espaço em salas de aulas para informativos breves, e permitiu a veiculação das histórias em quadrinhos de cunho esclarecedor na gestão passada;

A Secretaria da Saúde nunca apoiou e constantemente surpreendia com a solicitação da antiga "carrocinha". Muitas das tentativas foram inúteis, a gestão passada tinha contato dentro do CCZ de Anápolis que vetava as solicitações, porque conhecia a importância do Projeto.

6 - METAS:

O Projeto visa obter benefícios para o ser humano através da interação saudável com outros seres vivos que fazem parte de nosso planeta, como os cães abandonados, e controlar de maneira humana e efetiva, a população de cães abandonados nas cidades. Embora foram criadas duas Leis de Proteção Animal, (Federal: Lei 24.645 de 10 de Julho de 1934 e Estadual: 17.767 de 10 de Setembro de 2012), deparamos com muita crueldade e os responsáveis nunca são punidos, pagando apenas uma cesta básica, prestando serviço ou pagando alguns quilos de ração. Talvez o dia em que a vaidade humana for mais domada e a ética for menos falada e mais vivenciada, a humanidade estará mais preparada para formas mais flexíveis, criativas e avançadas de comunicação com nossos parentes mais próximos, na sequência, com os mais distantes.

- Resgate, higienização, esterilização de cães;
- Palestras sobre posse responsável de animais de estimação, etologia animal, consciência animal, consciência ambiental, interação animal, comportamento preventivo contra acidentes por mordeduras;
- Temos: Canil da Aipaiss: 100 cães, entre machos, fêmeas e filhotes.
- Capacidade: O Canil da Aipaiss conta atualmente com 20 canis construídos aproveitando o galpão já existente, e tem capacidade para abrigar 100 animais foram construídos: 01 banheiro para funcionário; 01 sala de cirurgia; 01 sala de soroterapia; 01 depósito; 01 cozinha; 01 lavanderia (em fase de acabamento).

7 - ANALISE DE RISCOS:

Vantagens:

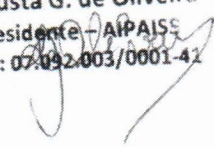
- diminuir os riscos de zoonoses e acidentes;
- aumentar a conscientização e enriquecimento moral da população;
- possibilitar economia com a saúde pública;
- propiciar uma Cidade mais limpa e segura;

Dificuldades:

- Falta de apoio das autoridades locais e principalmente falta de recursos.

Pires do Rio, 07 de Fevereiro de 2024.

Augusta G. de Oliveira
Presidente - ALPAISS
CNPJ: 07.092.003/0001-41



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Protocolo nº _____

DESPACHO – URGENTE

Recebido por esta Administração o expediente da Câmara de Vereadores dando ciência das emendas impositivas a serem executadas, das quais a entidade destes autos fora contemplada, expediu-se ofício a mesma para entrega de documentos junto a Procuradoria-Geral do Município.

Ajoujados os documentos, formou-se os presentes autos para verificação.

Desta forma, cumprido o ofício encaminhado, por prudência, antes mesmo de realizar o Projeto de Lei autorizativo ao pagamento das subvenções, entendo ser de bom alvitre que a Controladoria Interna do Município se manifeste quanto a documentação apresentada, a fim de que não se inviabilize, no futuro, o repasse das subvenções.

Assim, **REMETAM-SE** os autos ao Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Pires do Rio para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar acerca dos documentos apresentados, emitindo seu parecer.

Feito isto, necessitando de novos documentos, **oficie-se** a entidade beneficiada.

Regulares os documentos, **promova-se** a elaboração do Projeto de Lei e o remeta a Câmara Municipal para aprovação, em urgência, para início do repasse.

Cumpra-se.

Pires do Rio, 19 de fevereiro de 2024.



FERNANDA DE JESUS BARBOSA
Secretária de Administração e Finanças

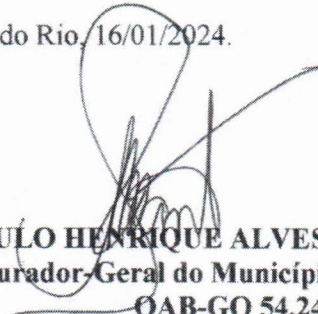
piresorio.go.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

REMESSA

Ao Departamento de Controle Interno para cumprimento do despacho de fls. retro.

Pires do Rio, 16/01/2024.



PAULO HENRIQUE ALVES DOS SANTOS
Procurador-Geral do Município de Pires do Rio
OAB-GO 54.242

piresdorio.go.gov.br

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

PARECER

Processo: 2336/2024

Interessado: Associação de Inclusão e Proteção Animal para a Interação Social Saudável (AIPAIS) – CNPJ 07.092.003/0001-41.

A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO, da Prefeitura Municipal de Pires do Rio, Estado de Goiás, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3.480, de 03 de junho de 2002, apresenta o seguinte Parecer:

Após análise do processo acima, considerando:

Foi enviado a esta Comissão de Coordenação de Controle Interno, despacho – urgente emitido pela Secretária de Administração e Finanças, para que esta Controladoria se manifeste quanto a documentação apresentada para realizar o Projeto de Lei autorizativo ao pagamento das subvenções;

Que faz parte do processo Ata da Assembleia Geral Ordinária,
Plano de Ação,

Lei que reconhece de Utilidade Pública,
Estatuto Social e Plano de Ação;


Que faz parte do processo toda documentação necessária, exigida pela Lei

14133/21;

Faz parte Declaração atestando que a ASSOCIAÇÃO DE INCLUSÃO E PROTEÇÃO ANIMAL PARA A INTERAÇÃO SOCIAL SAUDÁVEL- AIPAIS, apresentou regularmente a esta Comissão de Coordenação de Controle Interno a Demonstração de Receitas e Despesas do exercício de 2021;

Feita a análise, constata-se que consta do processo a documentação necessária para que o beneficiário da subvenção possa solicitar, quando oportuno, a efetiva realização do competente Convênio, razão pela qual opinamos pela regularidade dos documentos apresentados. Ressalva feita às CND's tributárias, as quais terão sua validade aferida NOVAMENTE, quando da efetivação do convênio.

Pires do Rio – GO, 19 de fevereiro de 2024.


ROSANA ROSA DE OLIVEIRA CASTRO
Presidente